

Justiça

em números

2020

S U M Á R I O E X E C U T I V O

Justiça

em números 5

2020

S U M Á R I O E X E C U T I V O

Judiciário mais eficiente

Em 2019, foi confirmada a curva de redução no estoque processual da Justiça brasileira, com o total de 77,1 milhões de processos em tramitação ao final de dezembro. A redução foi de aproximadamente 1,5 milhão de processos aguardando solução definitiva.

Em termos absolutos, o número de casos pendentes de 2019 é próximo ao de 2015. Esse é o segundo ano consecutivo de queda no número de casos pendentes.

Nos últimos 2 anos, o número de processos no estoque reduziu em 2,4 milhões de processos (-3%), apesar do aumento no número de casos novos – 6,8% a mais que em 2018.

Na fase de conhecimento, a queda foi de 4,8% e, na fase de execução, aumento de 0,5%. O estoque apresentou queda de 1,7 milhão de processos na fase de conhecimento e aumento de 0,2 milhão de processos na fase de execução.

Processos Solucionados

O número de processos baixados atingiu o maior valor da série histórica no ano de 2019: 35,4 milhões de casos. Em comparação com 2018, o número de casos solucionados aumentou 11,6%.

MAIOR ATENDIMENTO À DEMANDA

Foram solucionados 17% processos a mais de casos que os ingressados na Justiça (30,2 milhões de processos).

Esse resultado decorre, em especial, do desempenho das Justiças Estadual e Federal, que atingiram as maiores produtividades da série histórica, com aumento de, respectivamente, 13% e 22% processos baixados.

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

Em 2019, ocorreu a menor taxa de congestionamento da série histórica: 68,5%, sendo esse o menor índice verificado em todos os anos. Aproximadamente 31,5% de todos os processos que tramitaram foram solucionados.

IPM

O relatório aponta o maior Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) desde 2009: 13%, com média de 2.107 processos baixados por magistrado (apesar da vacância de 77 cargos de juízes no ano de 2019).

O índice de produtividade dos servidores da área judiciária também cresceu (14%), verificando média de 22 casos a mais baixados por servidor em relação a 2018.

Estrutura do Poder Judiciário

- O 1º grau do Poder Judiciário possui 14.792 unidades judiciárias, número semelhante ao apresentado no ano anterior.
- A maior parte, 72%, é composta por varas estaduais, trabalhistas e federais. As zonas eleitorais representam 17,9% e os juizados especiais, 9,7%. O restante (0,4%) é formado por auditorias da justiça militar da União e dos estados.
- As comarcas correspondem a 48,1% dos municípios, em locais com grande abrangência populacional. Isso significa que 89,7% da população brasileira reside em município-sede da Justiça Estadual, demonstrando que as estruturas físicas do Judiciário estão acessíveis à população.

Especialização de varas

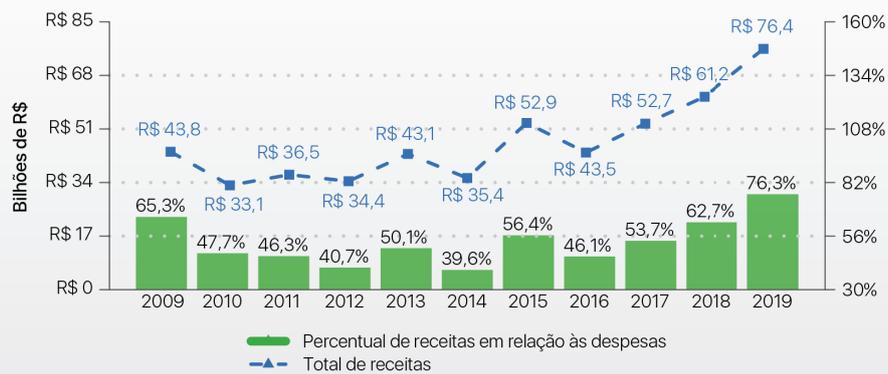
- 66% das unidades judiciárias são de juízo único ou de competência exclusiva cível ou criminal.
- 67% das comarcas brasileiras providas com uma vara são juízos únicos da Justiça Estadual. Essas unidades têm competência para processar todos os tipos de feitos.
- As varas especializadas com as menores taxas de congestionamento entre as competências analisadas são as varas de infância e juventude (47%), violência doméstica (57%) e de direito de família (59%).
- A violência doméstica possui 139 varas especializadas, mas, nelas, tramitam menos da metade dos processos sobre esse tema (31%).
- As varas de execução fiscal têm a maior média em processos pendentes, com cerca de 49 mil processos por vara.
- As unidades judiciárias com menos acervo médio pendente são: tribunal do júri (média de 721), infância e juventude (média de 1.074) e demais varas exclusivas criminais (média de 1.183).

Execuções fiscais em alta

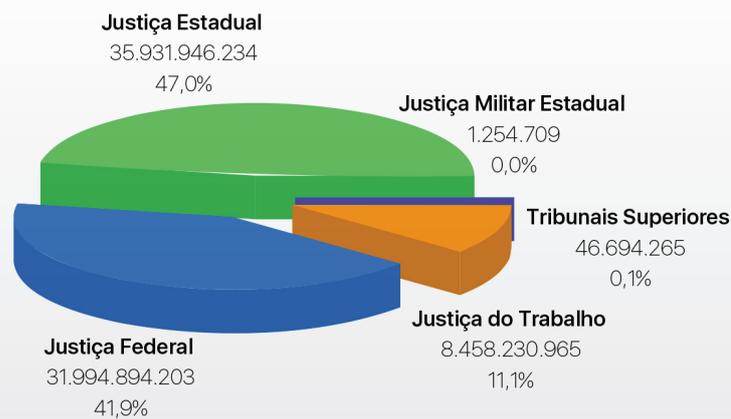
As execuções fiscais, principais responsáveis pela alta taxa de congestionamento do Poder Judiciário, se destacaram em 2019 pelo intenso ritmo de recuperação de ativos. Em 2019, foram recuperados cerca de R\$ 47,9 bilhões como resultado dessas execuções, ou 62,7% de toda a receita do Judiciário no ano e um aumento de quase R\$ 10 bilhões (26%), em particular, na Justiça Estadual, em que o aumento foi de R\$ 9 bilhões. A Justiça Federal é a responsável pela maior parte das arrecadações, sendo o único ramo que retornou aos cofres públicos valor superior às suas despesas.

- As receitas de execução fiscal são, majoritariamente, oriundas de dívidas pagas pelos devedores em decorrência de ação judicial. Dos R\$ 47,9 bilhões arrecadados em execuções fiscais, R\$ 31,9 bilhões (66,5%) são provenientes da Justiça Federal e R\$ 15,8 bilhões (33%) da Justiça Estadual.
- Os processos de execução fiscal representam 39% do total de casos pendentes e 70% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87%. Ou seja, de cada cem processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2019, apenas 13 foram baixados.
- Desconsiderando esses processos, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário cairia em 8,1 pontos percentuais, passando de 68,5% para 60,4% em 2019.
- O maior impacto das execuções fiscais está na Justiça Estadual, que concentra 85% dos processos. A Justiça Federal responde por 15%; a Justiça do Trabalho por 0,27%; e a Justiça Eleitoral por apenas 0,01%.
- Apesar das execuções fiscais representarem cerca de 43% do acervo de 1º grau na Justiça Estadual, somente três tribunais possuem percentual superior a essa média: TJSP (63,5%), TJRJ (59,7%) e TJPE (54,2%). Os três tribunais concentram aproximadamente 62,4% do total de processos de execução fiscal em trâmite no Poder Judiciário. As 261 varas exclusivas de execução fiscal/Fazenda Pública desses tribunais, que representam 1,8% do total de varas do Poder Judiciário, possuem 62,4% do total de processos de execução fiscal em trâmite em todo o Poder Judiciário, ou seja, 26% do total de processos em trâmite no 1º grau do Poder Judiciário.
- O tempo de giro do acervo desses processos é de 6 anos e 7 meses, ou seja, mesmo que o Judiciário parasse de receber novas execuções fiscais, ainda seria necessário todo esse tempo para liquidar o acervo existente.

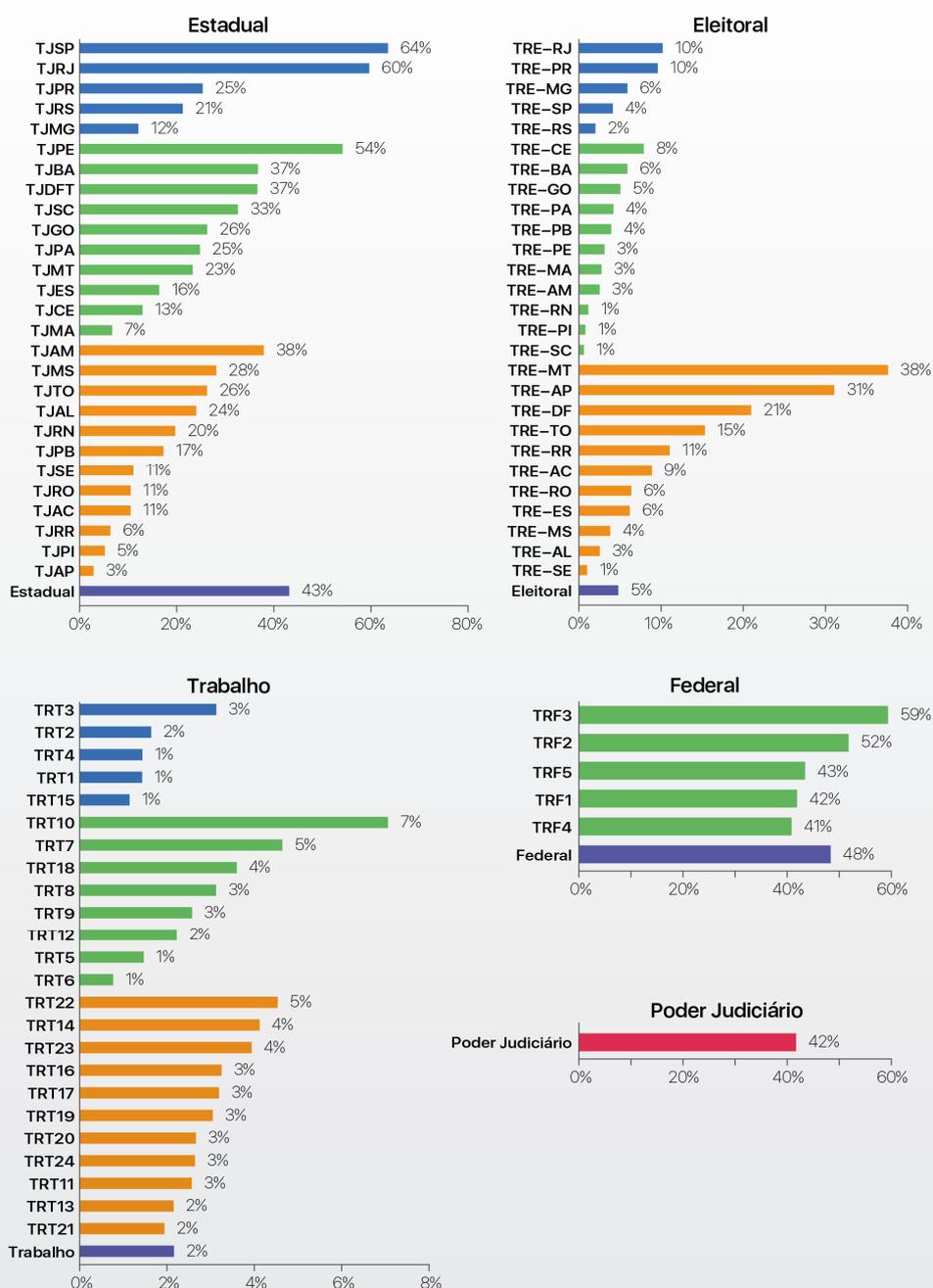
SÉRIE HISTÓRICA DAS ARRECADAÇÕES



ARRECADAÇÕES POR RAMO DE JUSTIÇA



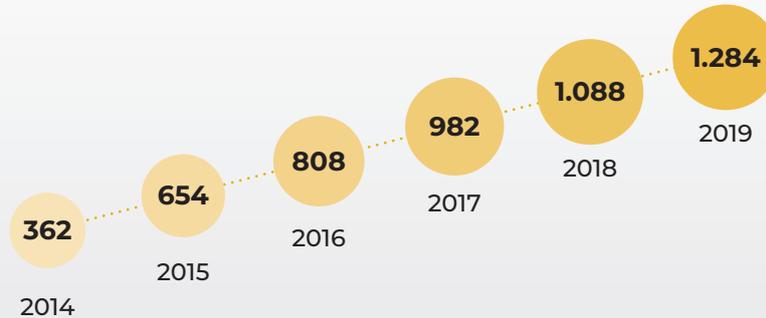
TOTAL DE EXECUÇÕES FISCAIS PENDENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCESSOS PENDENTES NO 1º GRAU, POR TRIBUNAL



Conciliação

- Em 2019, 3,9 milhões de sentenças homologatórias de acordos foram proferidas pela Justiça, o que representa 12,5% de processos solucionados pela via da conciliação.
- O segmento que mais promoveu conciliações no decorrer de 2019 foi a Justiça do Trabalho, que solucionou 24% de seus casos por meio de acordo. O percentual de conciliações aumenta para 39% na fase de conhecimento do 1º grau.
- A Justiça Estadual apresentou aumento no número de Centros Judiciários de Resolução de Conflitos e Cidadania, que chegaram a 1.284 unidades, em 2019. Verifica-se um crescimento constante ano após ano na quantidade de CEJUSCs instalados.

JUSTIÇA ESTADUAL TEM CRESCIMENTO EM NÚMERO DE CENTROS JUDICIÁRIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA



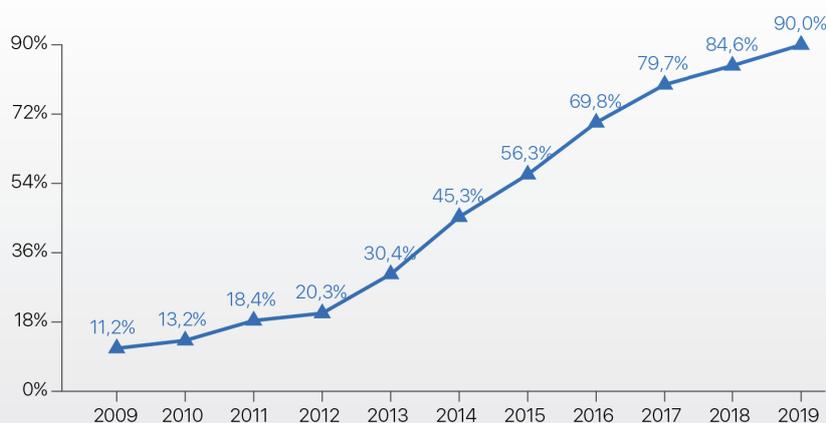
FONTE: Relatório Justiça em Números 2020

- Nos juizados especiais, o índice de conciliação foi de 20% na fase de conhecimento, sendo de 23% na Justiça Estadual e de 12% na Justiça Federal.
- A série histórica do índice de conciliação, tendo em vista o novo Código de Processo Civil (CPC) em março de 2016, segue em uma linha quase constante.

Aceleração na virtualização da Justiça

- Tendência de virtualização da Justiça brasileira não só confirmou como acelerou em 2019
- Nove em cada dez ações judiciais foram iniciadas em um computador, um celular ou um *tablet* – dez anos antes, a proporção era de um a cada dez.
- Volume recorde de 23 milhões de processos novos eletrônicos, apresentados entre janeiro e dezembro do ano passado. No ano anterior, o índice de ingresso de ações via eletrônica foi 5,4 pontos percentuais menor (84,6).
- O resultado é que, considerado todo o acervo atual de processos judiciais que tramitam na Justiça, apenas 27% são de papel. Em 2009, a proporção de processos virtuais que ingressavam na Justiça era de apenas 11,2%.
- Desde 2009, em que a série histórica foi iniciada pelo CNJ, o percentual sempre cresce, ano a ano. O acumulado de ações virtuais desde 2009 alcançou em 2019 a marca de 131 milhões de casos.

SÉRIE HISTÓRICA DO PERCENTUAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS



No 1º grau, maior produtividade e menor congestionamento

- No decorrer de 2019, o Poder Judiciário brasileiro prosseguiu com os esforços para a sedimentação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ nº 194/2014. O objetivo é superar o principal gargalo do sistema e garantir maior celeridade na apreciação dos processos.
- Para alcançar a equivalência entre números de processos novos e número de servidores no 1º grau de jurisdição – conforme Resolução CNJ nº 219/2016 – o Poder Judiciário precisa superar apenas 1,5 ponto percentual.
- Em 2019, a proporção de servidores no 1º grau variou para 85,1% e a média trienal de novos processos teve redução para 86,6%. Em 2016, o 1º grau possuía 84,9% do total de servidores lotados na área judiciária e cerca de 87,1% do total de processos ingressados.
- A taxa de congestionamento foi a menor verificada na série histórica, com o índice de 68,5%
- Para elevar a transparência e publicidade das informações enviadas pelos Tribunais, em 2020 o CNJ reformulou o Painel de Acompanhamento da Política Nacional de Priorização do 1º Grau.

RETRATO DA FORÇA DE TRABALHO NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

Na porta de entrada da Justiça, estão:

84%

dos servidores lotados na área judiciária

71%

do quantitativo dos cargos em comissão, com **62%** dos valores pagos em cargos em comissão

77%

do número de funções comissionadas, com **75%** dos valores pagos pelo exercício das funções de confiança

FONTE: Relatório Justiça em Números 2020

Justiça em números 2020

DADOS REFERENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Principal fonte das estatísticas oficiais
do Poder Judiciário desde 2004



Reúne dados de 90 tribunais: 4 tribunais superiores; 5 tribunais regionais federais; 24 tribunais regionais do trabalho; 27 tribunais regionais eleitorais; 3 tribunais de Justiça Militar estaduais; 27 tribunais de Justiça



Ponto inicial da série histórica vigente: 2009



Traz detalhamento da estrutura e litigiosidade do Poder Judiciário, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira